

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Negociações Internacionais

Período de Análise: 01/12/2013 a 31/12/2013

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Estagiária: Yohanan Barros

Índice

MDA participa do lançamento da segunda fase do PAA África. Mateus Zimmermann – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 05/12/2013 ...	3
Monsanto e Novozymes anunciam acordo no ramo de agrobiológicos – Valor Econômico, Agronegócios. 11/12/2013	4
Brasil e França assinam protocolo de entendimento na agricultura – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 12/12/2013	5
Brasil e 114 países se unem pela biodiversidade e ecossistemas. Luciene de Assis – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 16/12/2013	5
Exportação do Mais Alimentos sai em 2014. Carine Ferreira – Valor Econômico, Agronegócios. 16/12/2013	6
Dow Chemical quer software para o trabalho no campo – Valor Econômico, Agronegócios. 18/12/2013	8
Argentina eleva para 9 milhões a previsão de safra de trigo em 13/14. Maximilian Heath – O Estado de São Paulo, Economia. 19/12/2013	9
Moinho brasileiro diz que trading não embarcará trigo argentino em janeiro. Gustavo Bonato – O Estado de São Paulo, Notícias. 19/12/2013	10
João Guilherme Sabino Ometto: O Brasil nas negociações sobre o clima – Folha de São Paulo, Opinião. 24/12/2013	10
China recusa carga de subproduto do milho por transgênico não aprovado. Niu Shuping e David Stanway – O Estado de São Paulo, Economia. 26/12/2013	12
Estrangeiros arrendam terra na África. Richard Schiffman – O Estado de São Paulo, Economia. 29/12/2013	13

MDA participa do lançamento da segunda fase do PAA África. Mateus Zimmermann – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 05/12/2013

Para ampliar o acesso de alimentos a estudantes e fortalecer a agricultura familiar africana o Governo Federal lançou a segunda fase do Programa PAA África. O programa é baseado na experiência brasileira de combate à fome tem o apoio do Fundo das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) em sua execução.

Para o coordenador da Assessoria Internacional do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Caio França, as políticas de cooperação internacional do Brasil são marcadas pela troca de experiências. “O PAA é parte de um conjunto de políticas públicas desenvolvidas pelo Brasil para o fortalecimento da agricultura familiar que geraram uma inflexão positiva por estas políticas públicas”, avaliou, ao lembrar que uma das marcas da cooperação sul-sul desenvolvida pelo governo brasileiro é a transferência de experiências e elaboração conjunta de políticas ajustadas à realidade de cada país parceiro.

A presidenta do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), Maria Emília Pacheco, defendeu o legado do Fome Zero e lembrou que as ações de cooperação sul-sul são fundamentais para a superação da fome no mundo. “É gratificante notar que a experiência que desenvolvemos no Brasil é um exemplo para todo o mundo. O PAA África tem sido muito exitoso na apresentação de um modelo de cooperação que não impõe uma lógica pronta, mas que abre um diálogo para a construção coletiva” destacou.

O PAA África uma ação conjunta do governo brasileiro, a FAO, o Programa Mundial de Alimentos (PMA) e o Departamento Britânico para Desenvolvimento Internacional. É baseado na experiência do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), uma das ações do Fome Zero. O PAA África visa promover a segurança alimentar e nutricional e geração de renda para os agricultores familiares ao mesmo tempo em que garante uma alimentação melhor para os estudantes.

Ações

O programa – que está em execução na Etiópia, Malawi, Moçambique, Níger e Senegal – conta com orçamento total de US\$ 11 milhões. As ações se concentram na implantação de programa pilotos de comprar alimentos locais. Já participaram do PAA África mais de quatro mil agricultores que forneceram alimentos para 434 escolas, beneficiando mais de 120 mil estudantes.

Na segunda etapa do PAA África, que inicia em janeiro de 2014, a previsão é que sejam reforçadas as relações locais de comércio e a institucionalização do programa dentro dos países participantes, além de ampliar a participação da sociedade civil na gestão do programa e capacitar as escolas para lidarem melhor com os alimentos locais.

Monsanto e Novozymes anunciam acordo no ramo de agrobiológicos – Valor Econômico, Agronegócios. 11/12/2013

A americana Monsanto e a dinamarquesa Novozymes anunciaram ontem que firmaram uma aliança de longo prazo para pesquisas e comercialização de produtos de origem microbiana voltados à agricultura. Por meio da BioAg Alliance, ambas vão compartilhar investimentos e estruturas de comercialização nesse ramo. Pelo acordo, que será submetido a órgãos antitruste, a Monsanto vai pagar inicialmente US\$ 300 milhões a Novozymes.

Segundo comunicado, a americana, que teve receita líquida de US\$ 15 bilhões no exercício 2013, também vai passar a ser responsável pelo marketing do atual portfólio de produtos biológicos da dinamarquesa, cuja receita foi de US\$ 120 milhões em 2012. Também será transferida para a responsabilidade da Monsanto grande parte da organização comercial da Novozymes atualmente responsável por esse trabalho.

O diretor de tecnologia da Monsanto, Robb Fraley, disse que o investimento em pesquisa e desenvolvimento nessa área é mais uma "extensão natural" da atividade principal da companhia, especializada em biotecnologia. "A parceria nos possibilitará expandir a plataforma dos nossos produtos biológicos de forma mais completa", afirmou Fraley.

O mercado de "soluções agrobiológicas" tem vendas anuais de US\$ 2,3 bilhões e vem crescendo a taxas de 15% ao ano. Essas soluções "microbianas" derivam de vários microorganismos naturais, como bactérias e fungos, e funcionam como um defensivo natural contra pragas e doenças.

"A soma dos conhecimentos da Novozymes e da Monsanto possibilitará a criação de um motor de inovação com um enfoque inédito no processo de transformação de soluções microbianas naturais na agricultura", afirmou o CEO da Novozymes, Peder Holk Nielsen.

A parceria vai ajudar a alavancar os negócios da Monsanto nessa área. No ano passado, a multinacional americana introduziu sua plataforma de agricultura biológica e no início deste ano, adquiriu ativos da companhia Agradis.

Os lucros e resultados da comercialização de produtos advindos da aliança serão compartilhados pelas empresas. Por meio da BioAg Alliance as companhias vão também testar e vender produtos biológicos comprados de outros fornecedores.

Na parceria, a Novozymes será responsável por produzir e ofertar soluções microbiológicas para a Monsanto - que, por sua vez, vai liderar testes de campo, registros e comercialização de todos os produtos provenientes da aliança. A expectativa das companhias é que o acordo seja concluído no início de 2014.

Brasil e França assinam protocolo de entendimento na agricultura – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 12/12/2013

O Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Antônio Andrade e o Ministro da Agricultura, Agroalimentar e Florestas da República Francesa, Guillaume Garot, assinaram na manhã desta quarta-feira (12) protocolo de entendimento na área de cooperação no campo da agricultura.

“A assinatura deste protocolo fortalece as relações de amizade existentes entre o Brasil e a França por meio do desenvolvimento da cooperação na agricultura. Vamos fazer um intercâmbio de informações e experiências, e a cooperação técnica, em várias áreas”, colocou Andrade.

O protocolo trata de cooperação técnica bilateral e compreensão mútua entre as duas administrações, em todas as áreas da agropecuária, da indústria agroalimentar, da segurança alimentar e do desenvolvimento rural. Pretende-se estabelecer canais de comunicação para fortalecer os intercâmbios de informação, assim como a notificação, nos melhores prazos, de toda questão ou dificuldade, a fim de facilitar a sua resolução e a criação de vínculos entre administrações públicas encarregadas das políticas agrícolas e veterinárias, produtores, empresas e organizações agroalimentares de ambos os países.

Brasil e 114 países se unem pela biodiversidade e ecossistemas. Luciene de Assis – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 16/12/2013

Acordo é um marco importante no longo processo de criação de novo mecanismo internacional

Representantes de 115 países de todos os continentes aprovaram o primeiro programa de trabalho da Plataforma Intergovernamental sobre a Biodiversidade e os Serviços Ecossistêmicos (IPBES-2) para o período de 2014-2018. O chamado “Consenso de Antália” é o resultado das deliberações da Segunda Sessão Plenária da Plataforma IPBES-2, que terminou nesse sábado (14/12), em Antália, Turquia, e foi considerado um marco importante no longo processo de criação desse novo mecanismo internacional.

De acordo com o diretor do Departamento de Conservação da Biodiversidade (DCBio) do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Carlos Alberto Scaramuzza, há novos obstáculos a superar. “Apesar de o conhecimento científico sobre a perda da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos avançar a passos largos, a resposta política ao problema continua a representar um desafio relevante”, afirma. Scaramuzza acredita que a criação de uma plataforma internacional dedicada à interface entre ciência e política atenderá a este desafio.

PROGRAMA DE TRABALHO

O Brasil ofereceu recursos equivalentes a R\$ 233 mil para o ano de 2014 com a finalidade de contribuir para a implantação do recém-aprovado programa de trabalho do IPBES. Serão realizadas, no Brasil, reuniões de trabalho regionais ou de suporte técnico com base nas atividades programadas, em cooperação com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), nas competências relacionadas a pesquisa e desenvolvimento.

“Nosso desafio maior será promover, internamente, um forte engajamento nas diferentes instâncias da implementação da IPBES, da comunidade técnica e científica, autoridades regionais, ministérios e agências federais, além de partes interessadas em conservação de biodiversidade, desenvolvimento sustentável, comunidades locais e indígenas”, explica. A implantação dessa plataforma, defende, poderá se constituir em um instrumento efetivo para estabelecer e fortalecer as conexões entre a ciência da conservação da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos e as políticas públicas.

O Consenso de Antália, segundo o diretor do DCBio, permitirá a elaboração de relatórios temáticos, regionais, sub-regionais e globais, sobre biodiversidade e serviços ecossistêmicos, a partir do envolvimento das comunidades científicas nacionais e internacionais. Ficou decidido, durante a plenária na Turquia, que a IPBES também promoverá atividades de capacitação, geração de conhecimento e o desenvolvimento de metodologias e ferramentas de apoio à adoção de políticas públicas para conservação e uso sustentável da biodiversidade.

O programa de trabalho aprovado prevê a realização de relatórios temáticos sobre temas importantes para o Brasil, tais como polinização e polinizadores associados com produção agrícola; e avaliação dos métodos para formulação de cenários e modelagem de biodiversidade e serviços ecossistêmicos. Foram aprovados, ainda, termos de referência para a criação de três forças tarefas destinadas à capacitação; geração de conhecimento e dados; e conhecimentos tradicionais e indígenas.

Exportação do Mais Alimentos sai em 2014. Carine Ferreira – Valor Econômico, Agronegócios. 16/12/2013

Previstas para este ano, as primeiras exportações no âmbito do programa Mais Alimentos Internacional ficarão para 2014. O braço voltado a negócios no exterior do programa do governo federal que financia investimentos na modernização de propriedades de agricultores familiares teve suas regras remodeladas a fim de agilizar o processo.

Com as mudanças, o país interessado em participar do programa poderá importar máquinas agrícolas e negociar diretamente com a empresa exportadora, de acordo com Marco Antonio Viana Leite, coordenador do Mais Alimentos. Antes, a ideia era que o Ministério do Desenvolvimento Agrário e as empresas definiriam em conjunto quais companhias poderiam efetuar a venda e os preços que seriam praticados.

Agora, as empresas poderão inclusive exportar diretamente, sem a intermediação de uma trading. Um banco sediado no país que participar do programa deverá emitir uma carta de crédito para o exportador brasileiro com o valor das máquinas que serão embarcadas, e o Banco do Brasil pagará diretamente aos fornecedores brasileiros. O BB é o operador do Proex, que financia o Mais Alimentos Internacional. Há cerca de R\$ 540 milhões aprovados no orçamento do programa, que já busca mais recursos, conforme Leite.

O programa internacional foi lançado oficialmente em dezembro de 2012, com duas portarias. No início deste ano, a expectativa era que a primeira exportação, para Cuba, fosse concretizada ainda no primeiro semestre, o que não aconteceu. Daí as mudanças realizadas.

As condições para o país participar do programa continuam praticamente as mesmas que as oferecidas pelo braço nacional do Mais Alimentos - juros de 2% ao ano e três anos de carência. Mas o prazo de pagamento, de 15 anos, é mais longo.

Agora, o país interessado poderá escolher a empresa exportadora de máquinas e será respeitado o "teto" dos valores do produto estabelecido no Mais Alimentos nacional. As empresas, por meio de suas associações representativas - Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq) e Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) - vão oferecer descontos de 5% a 15%. A tabela de preços está sendo revisada.

Segundo Leite, Cuba e Zimbábue estão em negociações com empresas para fechar as primeiras compras. Senegal, Moçambique, Gana e Quênia também já mostraram interesse em participar. Dessa lista, só o Quênia ainda não assinou o memorando de entendimento com o Brasil.

Esses seis países deverão representar, juntos, contratos de US\$ 550 milhões. Está previsto um embarque para cada país por semestre, por um ano e meio. Depois, haverá uma avaliação para definir se o país continuará no programa. O coordenador diz que a intenção é exportar máquinas e o pacote tecnológico, com serviços de pós-venda. Conforme Milton Rego, vice-presidente da Anfavea, a demanda inicial é projetada em 500 tratores por país, afora outros equipamentos e implementos.

Como Rego, Walter Baldan Filho, vice-presidente da Câmara Setorial de Máquinas e Implementos Agrícolas (CSMIA) da Abimaq, também está otimista com o Mais Alimentos Internacional. Segundo ele, a demanda externa pelos produtos é grande e deverá chegar a entre US\$ 95 milhões e US\$ 100 milhões por país.

Baldan diz que delegações de Cuba, Zimbábue e Senegal já visitaram várias empresas. Segundo ele, de 60 a 70 companhias devem exportar equipamentos dentro do programa.

Na esfera nacional, o aumento do limite de crédito (de R\$ 130 mil para R\$ 200 mil) e a migração de outras linhas de investimento do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para o Mais Alimentos desde a safra 2012/13 motivaram o aumento do número

de contratos - que passou de 70 mil em 2011/12 (R\$ 3,3 bilhões) para 150 mil em 2012/13 (R\$ 5,7 bilhões). Conforme Leite, quem pagou as parcelas do financiamento voltou para "pegar mais crédito".

Somente nos primeiros meses nesta safra 2013/14 (julho a outubro), foram aplicados R\$ 2,1 bilhões no programa. A estimativa, afirma Leite, é alcançar, ao fim desta temporada, um valor total de R\$ 7 bilhões.

Foram comercializados no âmbito do Mais Alimentos cerca de 60 mil tratores desde 2009, lembra Leite. Em um universo de 4,4 milhões de estabelecimentos rurais familiares no país, somente 300 mil tinham tratores. O coordenador diz que há atualmente uma maior demanda por implementos, colheitadeiras e plantadeiras. "Mas isso não quer dizer que as vendas de tratores pararam". Podem ser adquiridos tratores de até 80 cavalos de potência.

Um estudo sobre o Mais Alimentos começou a ser feito em julho pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário para dirimir eventuais gargalos. O levantamento será concluído até março e divulgado em julho.

Dow Chemical quer software para o trabalho no campo – Valor Econômico, Agronegócios. 18/12/2013

A multinacional americana Dow Chemical aposta que bases de dados podem ajudar as lavouras de milho dos Estados Unidos a ter um melhor desenvolvimento.

A Dow é a mais recente indústria americana a planejar um “desenvolvimento” na chamada agricultura de precisão — um negócio em expansão que analisa as condições do solo, tipos de sementes e dados meteorológicos para fornecer instruções de cada unidade (acre nos EUA e hectare no Brasil) para os agricultores sobre o que e quando plantar.

A Dow, que vende sementes e inseticidas por meio de sua divisão AgroSciences, está planejando um programa piloto para 2014 centrado em uma parceria com a empresa de máquinas agrícolas Deere & Co., anunciada nesta quarta-feira. A ideia é incorporar os dados de campo coletados pelas colheitadeiras da Deere nas lavouras e enviá-los para a Dow, em que analistas vão combiná-los com outros tipos de sementes para sugerir algumas táticas de plantio.

“A meta final é ajudar o produtor a melhorar a produtividade”, disse Larry Robertson, líder do projeto global de milho da Dow AgroSciences. Robertson disse que a Dow eventualmente poderá fornecer recomendações por meio de seus vendedores ou divulgando instruções automaticamente para as máquinas dos agricultores.

As empresas de sementes e de tecnologia agrícola estão correndo para lançar tais ferramentas de dados. A DuPont, que há anos oferece serviços de mapeamento de campo para agricultores, no mês passado estimulou a sua própria parceria com a Deere

para aumentar sua oferta de agricultura de precisão; a Land O'Lakes Inc. este mês comprou a Geosys, especialista em pesquisa em agricultura, para expandir a sua divisão de sementes e herbicidas.

A Monsanto, a maior companhia mundial de sementes, fez uma das maiores apostas neste sentido em outubro, com o acordo de US\$ 930 milhões para adquirir a Climate Corp., uma companhia com base em São Francisco que vasculha dados meteorológicos para ajudar os agricultores a gerir suas lavouras.

A Monsanto já tinha testado um serviço chamado "FieldScripts, que usa a análise das condições do solo para sugerir como e onde plantar as sementes.

Os agricultores que estão testando alguns dos novos sistemas dizem que a identificação exata do plantio tem levado à colheita de mais bushels de milho por acre, embora especialistas do setor afirmem que os serviços ainda estão em sua "infância".

"A habilidade para ter dados e informação e transformá-los em conhecimentos tem sido muito impactante em outros setores", diz Mike Boehlje, professor de economia agrícola da Universidade de Purdue. "Nós estamos nos estágios iniciais agora de colocar isso no lugar [na agricultura]", afirmou.

Argentina eleva para 9 milhões a previsão de safra de trigo em 13/14. Maximilian Heath – O Estado de São Paulo, Economia. 19/12/2013

BUENOS AIRES, 19 DEZ - A colheita de trigo da temporada 2013/14 da Argentina foi estimada em 9 milhões de toneladas, contra 8,5 milhões de toneladas previstos anteriormente, disse nesta quinta-feira o Ministério da Agricultura do país.

O governo argentino elevou sua estimativa para a área cultivada com trigo em 31 milhões de hectares, para um total de 36,5 milhões de hectares, em seu relatório mensal.

"(A área) Foi elevada em relação ao último relatório, em virtude do processamento de dados provenientes das operações de campo", apontou em relatório.

A alta na estimativa para o trigo vem no momento em que os exportadores aguardam a autorização do governo para embarcar 1,6 milhão de toneladas.

O governo argentino limita as exportações de trigo e milho como forma de garantir o abastecimento doméstico do cereal e evitar uma alta nos preços de alimentos, medida que segundo as principais entidades rurais do país desestimula a semeadura dos grãos.

O ministério também elevou sua previsão para o plantio de soja em 2013/14 para um recorde de 20,8 milhões de hectares, em comparação com 20,7 milhões de hectares anteriormente.

O governo argentino manteve sua estimativa para o plantio do milho em 2013/14 inalterada, em 5,7 milhões de hectares.

Moinho brasileiro diz que trading não embarcará trigo argentino em janeiro. Gustavo Bonato – O Estado de São Paulo, Notícias. 19/12/2013

O Moinho Pacífico, importante processador de trigo com operações em São Paulo, recebeu nesta quinta-feira a comunicação de uma trading fornecedora de trigo na Argentina de que um carregamento previsto para janeiro não poderá ser embarcado, em meio a restrições de exportações impostas pelo governo local.

"Nós recebemos comunicação oficial da trading de que está impossibilitada de performar o contrato de janeiro", disse à Reuters o presidente do moinho, Lawrence Pih.

"Tecnicamente e oficialmente isso é default."

Fontes do mercado argentino dizem que o governo ainda não deu autorização para o embarque de trigo da safra 2013/14.

O Ministério da Agricultura da Argentina estimou a colheita de trigo em 8,5 milhões de toneladas nesta temporada. O mercado doméstico demandaria 6,6 milhões.

O saldo exportável precisa ser previamente autorizado pelo governo. Ainda não há clareza se essas 2 milhões de toneladas excedentes poderão ser vendidas ao exterior.

"Está tudo no ar", disse Pih, sobre as compras realizadas na Argentina.

Os entraves na Argentina devem elevar a procura das empresas brasileiras por trigo dos Estados Unidos.

"O problema é que a gente está correndo para comprar o trigo americano, mas como o line-up (fila de navios) no Golfo (litoral dos EUA) está muito grande, está atrasando", afirmou o empresário.

Na quarta-feira, operadores europeus disseram que moinhos brasileiros compraram 50 mil toneladas de trigo dos Estados Unidos para embarque em janeiro, em função dos temores quanto à oferta da Argentina.

A Argentina é tradicionalmente o principal fornecedor de trigo para o Brasil, que produz em volume insuficiente para o consumo doméstico.

O Brasil deverá consumir 11 milhões de toneladas nesta temporada, sendo que 6,7 milhões precisarão ser importadas, segundo dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

João Guilherme Sabino Ometto: O Brasil nas negociações sobre o clima – Folha de São Paulo, Opinião. 24/12/2013

Ante o impasse entre as nações desenvolvidas e as emergentes e em desenvolvimento na Conferência da ONU sobre o Clima (COP-19), recentemente realizada em Varsóvia,

Polônia, o Comitê de Mudanças Climáticas da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) entende não ser razoável que o Brasil indique metas antes de ter clareza sobre os compromissos que os países ricos estão dispostos a negociar. Afinal, já antecipamos ações e temos nos mostrado flexíveis.

A entidade, que participa das COPs desde o Encontro de Copenhague, em 2009, integrando a delegação brasileira, pondera ser hora de cautela, pois o encontro de Varsóvia caracterizou-se por uma cisão entre os desenvolvidos, liderados pelo Umbrella Groupe, e os em desenvolvimento, representados pelo G77 & China, no qual está o Brasil. Os primeiros negam-se a discutir sua responsabilidade histórica na emissão de gases de efeito estufa, que possibilitou que crescessem e enriquecessem. Esta discussão possibilitaria melhor balanço nas responsabilidades a serem assumidas pelas nações. O que desejam é o comprometimento atual de todos com objetivos a serem estabelecidos.

Assim, parece distante a viabilização dos dois pilares das conferências da ONU: taxas de redução das emissões dos gases de efeito estufa para limitar o aumento da temperatura em no máximo dois graus celsius; e dinheiro para financiar a mitigação das mudanças climáticas, bem como a capacitação e transferência de tecnologia, cujo montante deveria alcançar US\$ 100 bilhões a partir de 2020.

É muito claro, portanto, que os países desenvolvidos lutarão até o fim para incluir ao menos os emergentes em um novo acordo, a ser formalizado na COP 21, em 2015, no qual todos tenham compromissos iguais. Diante dessa indecisão, o futuro do sistema climático parece pautado por dois cenários: metas obrigatórias para os grandes emissores dos gases de efeito estufa, dentre eles o Brasil; e voluntárias para todos.

Os avanços observados em Varsóvia na questão das florestas, com a finalização das regras de aplicação para projetos de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD-plus), não são suficientes para que já estabeleçamos compromissos ousados, enquanto os demais seguem omissos. A Fiesp entende que, no aspecto das florestas, nosso país deva cumprir a recomendação de definir uma autoridade nacional para participar das negociações. Defende, ainda, que os entendimentos devam centrar-se no financiamento e no desafio de mensurar e reportar projetos, incluindo as florestas em propriedades privadas.

A entidade dialogará com as autoridades, contribuindo para as próximas estratégias nacionais, e considera que as bases do novo acordo a ser adotado na COP 21 devam levar em conta metas ambiciosas, mas incluindo o passivo das emissões e os princípios de equidade entre os países. Nesse aspecto, concorda com a proposta brasileira de se criar metodologia para quantificar as responsabilidades anteriores. Demonstrando-se isso matematicamente, nenhuma nação poderá, pelo menos de modo ético, fugir aos seus compromissos com a humanidade. Defendemos, ainda, que uma decisão ligada à agropecuária deva garantir a segurança alimentar, evitando-se a adoção de barreiras ao comércio disfarçadas com objetivos ligados à mudança do clima.

A Fiesp enfatiza que, em 2012, o Brasil já havia superado as metas de redução do desmatamento do cerrado para 2020, que eram de 40%, atingindo 60,5%. No que diz respeito à Amazônia, chegamos a 76,7%, muito próximos do objetivo de 80%. O novo Código Florestal Brasileiro contém avanços que também devem ser creditados como ação antecipada. Dentre eles, a agenda de regularização para recuperar ao menos 4,8 milhões de hectares de Áreas de Preservação Permanente (APPs) e a recuperação ou compensação de até 21 milhões de hectares de Reserva Legal.

A entidade salienta a importância do reconhecimento internacional desses avanços concretizados em nosso país, para que outras nações não busquem adiar suas iniciativas e/ou aleguem que nada foi feito. Reverter as mudanças climáticas é uma prioridade que não pode limitar-se ao proselitismo e interesses individuais. Todos têm de fazer sua parte!

China recusa carga de subproduto do milho por transgênico não aprovado. Niu Shuping e David Stanway – O Estado de São Paulo, Economia. 26/12/2013

PEQUIM, 26 DEZ - A China rejeitou um carregamento de cerca de 2 mil toneladas de grãos secos de destilaria (DDGs, na sigla em inglês), um subproduto do milho, e mais rejeições são esperadas com Pequim impondo regras rígidas sobre variedades geneticamente modificadas não aprovadas no país, disseram operadores nesta quinta-feira.

O produto é usado para alimentação animal.

A medida segue a rejeição de mais 500 mil toneladas de milho dos EUA depois que autoridades encontraram a presença do MIR 162, variedade transgênica desenvolvida pela Syngenta que não foi aprovada pelo Ministério da Agricultura da China.

"Os contêineres, que estão vedados por ora, foram rejeitados no porto de Xangai", disse um operador de uma trading local.

Outra fonte da indústria confirmou o volume. As autoridades de quarentena em Xangai declinaram comentar imediatamente o assunto.

Traders consideram possível novas rejeições depois que a variedade, já aprovada para destinos como Japão, Coreia do Sul e União Europeia, foi encontrada em cargas de milho para etanol.

A China, principal importador de DDGs dos EUA, respondeu por mais de 40 por cento das exportações norte-americanas do produto na temporada 2012/13.

Preocupações sobre possíveis rejeições pressionam a bolsa de Chicago (CBOT), porque os traders acreditam que será difícil mandar os carregamentos para outros destinos, que não costumam usar o produto na fabricação de ração.

Estrangeiros arrendam terra na África. Richard Schiffman – O Estado de São Paulo, Economia. 29/12/2013

Sem regras estabelecidas, camponeses são expulsos de áreas agrícolas de subsistência e conflitos sociais se multiplicam em vários países

Na Etiópia está havendo uma corrida ao ouro, mas não se trata da caça ao metal amarelo. É a busca do ouro verde das terras férteis. A nação, que costuma ser mais associada à fome e à desnutrição infantil do que à abundância de produtos agrícolas, está arrendando milhões de hectares - uma área do tamanho da Bélgica - a empresas estrangeiras, que pretendem plantar e exportar alimentos para lugares como Arábia Saudita, China, Índia e Europa.

Um terço da fértil região de Gambella, no oeste da Etiópia, por exemplo, foi arrendado pelos próximos 50 anos para a companhia de alimentos Karuturi Global, com sede em Bangalore. As florestas estão sendo derrubadas, os pântanos drenados, os cursos dos rios desviados e aldeias inteiras são transferidas para outros lugares a fim de abrir espaço para fazendas de cultivo de flores e plantações para a extração de óleo de dendê e arroz. "É uma terra muito boa. E muito barata... Não temos terra como esta na Índia", disse o gerente do projeto de Karuturi, Karmjeet Shekhon ao jornal Guardian.

O governo de Adis-Abeba afirma que precisa de companhias estrangeiras, como a Karuturi Global, para ajudar a criar empregos, aumentar a renda da Etiópia com as exportações de alimentos e desenvolver a tecnologia agrícola e a infraestrutura a fim de o país empobrecido ser catapultado na economia de mercado global. O projeto atraiu investidores com incentivos fiscais e taxas de arrendamento ínfimas (US\$ 1 por hectare ao ano).

Mas a que custo - no que diz respeito ao direito à terra, à saúde do ser humano, ao meio ambiente, à estabilidade nacional? A pergunta está sendo respondida, não apenas na Etiópia, mas também em toda a África. Muitos outros países do continente estão recebendo com entusiasmo grandes projetos agrícolas financiados por investidores estrangeiros cujo objetivo é vender alimentos ao exterior.

A Libéria assinou concessões para quase um terço do território nacional nos últimos anos. Metade das terras agrícolas da República Democrática do Congo está sendo arrendada para a produção, entre outras coisas, de óleo de palma e de biocombustíveis. A maior companhia, até o momento, é a ProSavana Project, no norte de Moçambique, onde uma área aproximadamente do tamanho da Suíça e da Áustria juntas foi arrendada a companhias brasileiras e japonesas que produzem soja e milho para exportação.

Os críticos questionam a ideia de produzir alimentos para consumo externo em regiões castigadas pela fome - particularmente quando esses acordos obrigam camponeses locais, que se dedicam à agricultura de subsistência, a se mudarem. Em Moçambique, onde mais de 80% da população depende da agricultura familiar, as autoridades declaram que a terra ocupada agora pela ProSavana não é cultivada.

Camponeses. Mas as pesquisas realizadas pelo Instituto Nacional de Pesquisa do país mostram que se trata de uma área de alternância sazonal de culturas e pastos, e o grupo Grain, sem fins lucrativos, calcula que milhões de camponeses perderão suas terras em consequência dos programas de realocação forçada. Enquanto isso, na Etiópia, 1,5 milhão de agricultores e pastores teve de deixar seus campos para entregar o espaço a novas fazendas industriais.

Segundo Olivier de Schutter, relator especial da ONU para o direito à alimentação, a alocação inversa da riqueza agrícola é uma nova forma de colonialismo. Potências estrangeiras, com a ajuda dos governos locais, declaram que essa é uma maneira de ajudar os países a se desenvolverem, diz De Schutter, mas o motivo real é a exploração de recursos para assegurar a própria oferta de alimentos. "A agricultura familiar em pequena escala, da qual depende a maioria dos pobres de todo o mundo, é ameaçada pelas grandes plantações, pela agricultura de exportação, e pela produção de commodities, e não de alimentos", afirma.

Para piorar a situação, a apropriação da terra ameaça também promover a instabilidade, gera conflitos por causa dos recursos escassos, dos deslocamentos de populações inteiras e é a melhor maneira de alimentar países em expansão.

A falta de acesso aos alimentos e à terra agrícola provavelmente levará à agitação social no futuro próximo, advertem os especialistas da organização independente de pesquisa acadêmica The New England Complex Systems Institute. "A ameaça crescente à segurança é particularmente concreta quando a população em geral não tem acesso ao alimento", eles escrevem.

Países ricos sempre buscaram terras distantes, ricas em recursos para a exportação de alimentos. Plantações de propriedade de europeus, estabelecidas no mundo todo no século 19, e as multinacionais de alimentos fizeram a mesma coisa na era pós-colonial. Mas os recentes contratos de arrendamento de terras são diferentes, e não apenas em termos de superfície. Enquanto no passado a maior parte da agricultura para exportação desenvolvida por europeus concentrava-se em produtos que não podiam ser cultivados em seus países de origem, os projetos atuais frequentemente dedicam-se ao cultivo de alimentos de primeira necessidade, como soja, trigo e arroz.

A apropriação de terras africanas começou quando a crise global de alimentos alcançou o pico, em 2008. As corporações começaram a adquirir terras na África, o continente com a maior porcentagem de terra arável disponível, como uma apólice de seguro contra a extrema oscilação dos preços no mercado global. E os governos africanos, desesperados por uma injeção de recursos e de tecnologia, foram parceiros extremamente motivados.

Faroeste. Os Estados Unidos propuseram algumas normas básicas para a regulamentação desses acordos sobre a terra, mas não se trata de normas vinculantes e frequentemente foram transgredidas, levando a uma situação caótica. "Parece o faroeste. E nós precisamos de política e de lei", disse José Graziano da Silva, diretor-geral da

Organização para a Alimentação e a Agricultura das Nações Unidas (FAO). A falta de uma regulamentação efetiva ameaça a subsistência e os direitos básicos de milhões de africanos.

Num relatório redigido em tom extremamente crítico de 2012 sobre a região de Gambella, na Etiópia, a organização Human Rights Watch documentou prisões arbitrárias, estupros, espancamentos e assassinatos de pessoas que se recusaram a deixar suas aldeias para dar lugar a projetos estrangeiros, bem como a morte por inanição. A fome decorre em parte do fato de a terra não ser mais utilizada para a produção local de alimentos, o que contribuiu inclusive para a alta dos preços.

Violência. Do lado da segurança, controvertidos acordos de arrendamento já desencadearam a violência. Na Etiópia, membros da tribo suri pegaram em armas contra os militares na tentativa de impedir o desvio do Rio Koka para irrigar um projeto de plantação malaio, que ameaça obrigá-los a sair das suas aldeias localizadas numa fértil planície.

Quando a gigante sul-coreana Daewoo concluiu um acordo de arrendamento de metade de toda a terra arável em Madagascar para a produção de milho e biocombustíveis, um sangrento levante provocou a queda do presidente do país, Marc Ravalomanana.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrigo,
Georges Flexor, Jorge Romano, Karina Kato,
Lauro Mattei, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado,
Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann

Assistentes de Pesquisa

José Renato S. Porto, Valdemar João Wesz Junior

Secretária

Diva de Faria



Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa